

BLC

BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SUMÁRIO

TEORIA E PRÁTICA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC) (Christianne de Carvalho Stroppa)	895
CONCESSÕES, PERMISSÕES, PPPs, RDC – LICITAÇÕES MENOS COMUNS E SEUS EDITAIS – (Quinta Parte) (Ivan Barbosa Rigolin)	913
LICITAÇÕES EM SUBSIDIÁRIAS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, EMPRESAS PARADMINISTRATIVAS E EMPRESA PRIVADA COM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO ESTADO (André Saddy)	930
ORÇAMENTO ESTIMATIVO DE PREÇOS – Irregularidade na elaboração – Pesquisa superestimada – Afronta ao art. 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 – Aplicação de multa aos responsáveis, mesmo que não caracterizado dano ao Erário (TCU)	947

QUESTÕES PRÁTICAS

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional. Diferenciação – Comprovação de experiência mínima com limitação de tempo dos responsáveis técnicos da licitante – Impossibilidade – Exigência de experiência mínima da equipe técnica – Considerações	953
CONTRATAÇÃO DE OBJETO CONFIDENCIAL – “Sigilo” do objeto que, em regra, não autoriza a dispensa ou a inexigibilidade de licitação – Hipótese excepcional prevista no art. 24, inc. IX, da Lei nº 8.666/1993, regulamentado pelo Dec. nº 2.295/1997	955
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) – Aplicação do Dec. nº 3.931/2001 às atas celebradas na sua vigência – Ato jurídico perfeito – Revisão dos preços registrados – Reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste	956
CONTRATO ADMINISTRATIVO – Recebimento definitivo do bem – Verificação, <i>a posteriori</i> , que o objeto entregue não corresponde ao contratado – Extinção da avença – Apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao recebimento em desacordo com o ajuste	957

continua...

DECISÕES JUDICIAIS

SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA – Anulação do ato que declarou a habilitação de licitante – Fase posterior ao julgamento das propostas – Admissibilidade – Irregularidade fiscal da vencedora – Alegada não sujeição ao Fisco Estadual – Necessidade de comprovação no momento adequado – Imunidade ao ICMS, que não é extensível aos demais tributos – Decadência não caracterizada – Observância ao prazo de cinco anos a que alude o art. 54 da Lei nº 9.784/1999 – Dever de autotutela da Administração Pública – Interpretação do art. 43, § 5º, c/c o art. 49, ambos da Lei nº 8.666/1993 – Exercício do contraditório e da ampla defesa pela interessada – Adjudicação do objeto à classificada subsequente (STJ)	959
CONTRATO ADMINISTRATIVO – Reajuste de preços – Recomposição do valor monetário ante as perdas inflacionárias – Necessidade de provocação do contratado – Particular que se manteve silente quando da celebração de termo aditivo para prorrogação do prazo da avença – Inexistência de reajuste automático – Apostilamento não efetuado (TJDFT)	964
CONTRATO ADMINISTRATIVO – Reversão de bens – Admissibilidade – Fornecimento de refeições a hospitais públicos – Previsão contratual da incorporação dos utensílios e equipamentos destinados à prestação do serviço ao patrimônio público – Contraprestação ao fornecimento de água, energia elétrica e óleo combustível – Princípio da continuidade do serviço público (TJGO)	968
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – Grupo hospitalar – Concorrência – Menor preço – Contratação de creche e pré-escola para atendimento dos filhos dos funcionários dos nosocomios – Descumprimento de cláusula contratual – Preterição à ordem de classificação – Utilização dos serviços oferecidos pela terceira colocada no certame sem antes preencher as vagas disponíveis ofertadas pela segunda colocada – Afronta, ademais, à seleção da proposta mais vantajosa – Indenização cabível – Inaplicabilidade das regras do dec. nº 20.910/1932 – Não ocorrência da prescrição quinquenal (TJRS)	972

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL